



VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo **Relato de Experiência** **Relato de Caso**

A atuação do Tribunal Superior Eleitoral no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, de acordo com a imprensa (1993)

AUTOR PRINCIPAL: Roberto Biluczyk

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Alessandro Batistella

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a intenção de brevemente apresentar os desdobramentos do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, em seus encaminhamentos pré-eleitorais, executados nos primeiros meses do ano de 1993. Dotado da responsabilidade de organizar o pleito, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) era comandado pelo ministro do Superior Tribunal Federal (STF), juiz Paulo Brossard. Diante de algumas incertezas relativas à votação e de uma campanha ao seu ver destoante do objetivo inicial, Brossard veio a público opinar sobre os desempenhos das frentes, incumbidas de apresentar ao eleitor as ideias em jogo, gerando polêmica entre o meio político e a imprensa. Neste momento, serão utilizados como fontes, o Jornal do Brasil e as revistas Manchete e Veja, publicações de destaque no panorama nacional.

DESENVOLVIMENTO:

O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo ocorreu em 21 de abril de 1993. Sua concepção se deu nas discussões relativas à construção da nova Constituição Brasileira, entre 1987 e 1988, na Assembleia Nacional Constituinte. Na ocasião, ideias monarquistas e parlamentaristas buscavam espaço para discussões mais aprofundadas, sendo impedidas, entretanto, pela iminente manutenção da república presidencialista. Dessa forma, a referida disputa eleitoral fazia parte da estratégia política que delegava ao público eleitor brasileiro a escolha da forma – monarquia ou república – e do sistema de governo – parlamentarismo ou presidencialismo.



VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



Frente a aproximação da votação, o Plebiscito foi regulamentado pelo Presidente da República, Itamar Franco. A organização da atípica eleição estava a cargo do TSE, comandado por Paulo Brossard, sul-rio-grandense, nascido na cidade de Bagé, com extensa carreira política, nomeado como juiz do STF em 1989. Sua primeira filiação política foi junto ao atualmente extinto Partido Libertador, o qual defendia historicamente em seu ideário, o parlamentarismo.

Entre as primeiras ações do juiz junto ao grande público, em relação ao assunto, estava o sorteio da disposição das informações junto à cédula de votação, ação que causou descontentamento aos republicanos parlamentaristas, que viam certo favorecimento à escolha da monarquia parlamentarista ou da república presidencialista, colocadas lado-a-lado. Na cédula empregada, à esquerda, a opção 1 se referia à monarquia, enquanto a 2 à república, enquanto à direita do papel, parlamentarismo era a opção 1, tornando a segunda alternativa, o presidencialismo.

Em seguida, noticia o Jornal do Brasil que o ministro estava contrariado em relação ao desempenho das três frentes políticas no Horário Eleitoral Gratuito, o que fez os presidencialistas se pronunciarem contra o ministro Brossard, retomando seu passado de engajamento parlamentarista, reacendendo antigas contendas entre o magistrado e o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Por fim, Brossard decidiu fazer uma intervenção no Horário Eleitoral, mediante “entendimento muito elástico” da lei eleitoral, conforme opinava o jornalista Carlos Castello Branco. Nos programas gravados pelo magistrado, visava-se o esclarecimento de pontos considerados fundamentais ao entendimento do confuso processo ao qual o eleitor seria submetido. Visto inicialmente com bons olhos, a intervenção não alcançou seus objetivos, devido à erudição do vocabulário do ministro e sua dificuldade em transpor suas ideias ao público-alvo. Mesmo assim, colocou Brossard em um papel de protagonista, mais uma vez sendo criticado pelas frentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O estudo do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo ajuda a entender uma parte pouco explorada da história política do Brasil. Da mesma forma, a atuação de destaque do ministro Paulo Brossard tornou sua presença junto ao desenvolvimento da eleição de 1993, alvo de críticas de seus adversários e interessante ponto para a análise historiográfica.

REFERÊNCIAS

BRIZOLA, Leonel. Casuísmo das Elites. In: RIBEIRO, Darcy (org.). Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

A graphic for the VI SEMANA DO CONHECIMENTO event. It features a collage of colorful icons representing various fields of knowledge: a DNA helix, a tree, a musical note, a water molecule (H2O), a person, a book, a calculator, a microscope, and a globe. The text "VI SEMANA DO CONHECIMENTO" is prominently displayed in white, bold, sans-serif font over a dark, textured background.

VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



DE LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

SOUSA, Luís Otávio de. Paulo Brossard de Sousa Pinto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):

ANEXOS